



**AEMinho**

Associação  
Empresarial  
do Minho

# RELATÓRIO E CONTAS — 2023

## ÍNDICE

<b>I. MENSAGEM DO PRESIDENTE.....</b>	<b>3</b>
<b>II. ATIVIDADES REALIZADAS EM 2023.....</b>	<b>4</b>
Projetos.....	5
Missões empresariais e estratégias de internacionalização.....	5
Webinars.....	5
Eventos de <i>networking</i> .....	7
Eventos de terceiros.....	10
Outras atividades.....	10
Comunicação.....	11
<b>III. ÓRGÃOS SOCIAIS .....</b>	<b>13</b>
Constituição dos Órgãos Sociais.....	13
Assembleias gerais.....	17
<b>IV. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS.....</b>	<b>17</b>
<b>V. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO PERÍODO.....</b>	<b>17</b>
<b>VI. DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS...</b>	<b>18</b>
<b>VII. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS .....</b>	<b>18</b>
<b>VIII. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....</b>	<b>19</b>
Balanço em 31 de dezembro de 2023.....	19
Demonstração dos Resultados por Naturezas do período findo em 31 de dezembro de 2023.....	20
Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais no período de 2022 e 2023 .....	21
Demonstração de fluxos de caixa do período findo em 31 de dezembro de 2023.....	22
Anexo em 31 de dezembro de 2023.....	23
<b>IX. PARECER DO CONSELHO FISCAL .....</b>	<b>45</b>
<b>X. RELATÓRIO DE AUDITORIA .....</b>	<b>46</b>

## I. MENSAGEM DO PRESIDENTE

Caros Associados,

Nos últimos 3 anos a AEMinho fez um percurso de consolidação e afirmação da sua posição no panorama associativo nacional. Fomos uma voz ativa dos empresários do Minho, fomos uma voz ativa dos empresários do Norte, e cremos, fomos também uma voz ativa dos empresários do país. Estivemos nas batalhas que interessam aos empresários, estivemos sempre do lado da solução, fomos sempre crítica construtiva e fomos, acima de tudo, fonte de credibilidade.

Esta ação que hoje encerramos, neste ciclo e neste triénio, de um mandato que foi o mandato inaugural da nossa associação, refletiu-se também na solidez das nossas contas. Fomos e somos contas certas. Somos uma associação que implementa na sua política financeira interna as boas práticas que também devem ser implementadas nas empresas em geral. Somos rigor, somos capacidade de planeamento e somos estrutura leve, para uma ação dinâmica, nos mercados e nos eixos que nos importam.

Este é o meu último Relatório e Contas enquanto Presidente da Direção da Associação Empresarial do Minho e não podia deixar de vos dizer que, no momento da saída, este não é um adeus, é um até aqui ao lado. E é exatamente ao lado da AEMinho que estarei candidatando-me a Presidente do Conselho Geral do novo mandato, para ajudar, para edificar e para ser uma voz construtiva da experiência de quem presidiu a AEMinho pela primeira vez, mas que tem a consciência de que esta é uma associação dinâmica, muito acima das pessoas que a corporizam.

Quero agradecer a todos o apoio, o empenho, a presença, a dedicação, a crítica, a crítica construtiva, e tudo aquilo que fizeram para que hoje, três anos volvidos da primeira vez que chegamos à Assembleia Constituinte desta associação, possamos dizer todos com orgulho, e com certeza, que estes órgãos sociais não só cumpriram o seu mandato, como ultrapassaram os objetivos a que se propuseram.

Não podia deixar de dizer uma palavra aos próximos órgãos sociais, nos quais me incluo, a AEMinho é do Minho, é das pessoas, é das empresas e nós temos a missão de continuar a fazer com que seja uma realidade efetiva e entendível em todos os organismos da região e do país. Nesse sentido, à nova direção da AEMinho, que será eleita hoje, desejo as maiores felicidades, e reitero aqui, que podem sempre contar comigo para todos os momentos e em tudo o que for necessário.

Um abraço a todos  
Ricardo Costa

## II. ATIVIDADES REALIZADAS EM 2023

A AEMinho realizou em 2023 cerca de 150 atividades nas mais variadas áreas. Procurámos sempre responder a necessidades da massa associativa, com atividades focadas em temas da atualidade, na área da internacionalização e com a preocupação dar visibilidade aos associados.

O levantamento realizado junto dos associados em 2022 teve uma atualização insipiente em 2023, mas foi importante para a orientação dos temas a abordar nas atividades organizadas pela AEMinho.

Tivemos uma forte aproximação ao poder político, onde contámos com a presença de elementos do Governo em diversos momentos ao longo do ano, começando pela audiência com S. Ex<sup>ª</sup>. o Sr. Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, em janeiro. Em fevereiro recebemos num Jantar-Debate o ministro do Ambiente e Transição Climática, Duarte Cordeiro e convidamos o governo a realizar em Braga um Conselho de Ministros descentralizado, que se veio a concretizar em maio, onde organizámos um almoço satélite ao Conselho de Ministros com os associados da AEMinho. Esta aproximação dá a oportunidade aos associados da AEMinho de contactarem diretamente com a pessoa que tutela as pastas do seu interesse. Organizámos ainda outras atividades com o secretário de estado da Internacionalização e com o eurodeputado José Manuel Fernandes.

Na área da internacionalização organizámos uma missão empresarial ao Brasil, com a colaboração da FUNCEX – Fundação para o Comércio Exterior do Brasil, realizámos uma série de atividades com entidades da Galiza, nomeadamente com o Eixo Atlântico, CCILE – Câmara de Comércio e Indústria Luso-Espanhola, com o Clube de Empresários de Vigo, com o Clube Financeiro de Santiago de Compostela e ainda com a ASIME (Associação de Metalúrgicos de Espanha). Fomos coorganizadores de dois eventos de internacionalização do Clube de Vinhos de Guimarães, convidando a Funcex e a Embaixada do Canadá para a apresentação dos respetivos mercados. Tivemos ainda colaborações com a AJEPC – Associação de Jovens Empresários Portugal-China, com a PAIH – Agência de Investimento Polaca, com a Embaixada do Canadá, e com o AICEP do Senegal.

Realizámos ainda 23 *Speed Talks*. Já os eventos de *networking* foram cerca de 15, e tivemos ainda participações em 17 eventos onde formos parceiros ou coorganizadores.

Em termos de comunicação, os indicadores face ao ano transato aumentaram genericamente, o que significa que a AEMinho mantém a sua notoriedade e reconhecimento público em crescendo.

O número de associados da AEMinho em 31 de dezembro de 2023 era de 202, mais 27,8% face a 2022 (158).

## PROJETOS

### Caesar's Club – Clube Financeiro do Norte

Durante o ano de 2023 foram realizadas atividades de benchmarking com outros clubes sociais da zona norte e financeiros da Galiza.

### Go to Labour

O *Go to Labour* é um programa desenhado pela AEMinho com o objetivo de aproximar os estudantes e futuros trabalhadores ao mercado de trabalho uma sessão de uma hora que junta instituições de ensino superior, estudantes e empresários, para falar sobre as expectativas do mercado em relação aos futuros trabalhadores e vice-versa.

O programa foi apresentado na Semana da Economia de Braga e foram realizadas duas edições, a 3 de outubro na Universidade do Minho em Guimarães e a 4 de outubro no IPCA de Guimarães.

## MISSÕES EMPRESARIAIS E ESTRATÉGIAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO

### Missões Empresariais

A AEMinho realizou uma missão empresarial ao Brasil com a FUNCEX para a participação da feira CONESCAP em novembro de 2023.

### Estratégia de Internacionalização

Em 2023 AEMinho promoveu fóruns de apresentação e reuniões com representantes oficiais de vários mercados, a saber: Espanha, Polónia, Kosovo, Bulgária, Turquia, Canadá, Estados Unidos da América, Brasil, China e Senegal.

Recebemos comitivas empresariais de vários países, nomeadamente: Polónia, Kosovo, Brasil e China.

Espera-se que estas ações venham a originar missões empresariais ou novas apresentações dos mercados aos associados.

## WEBINARS

### SPEED TALKS

As *Speed Talks* são *webinars* de curta duração, 30 a 45min (máx), que preveem sessões privadas com o(s) orador(es) de 15min no final. Os temas apresentados são variados, sendo selecionados de acordo com a sua pertinência. Realizámos em 2023, 23 *Speed Talks* a saber:

- *Speed Talks* com Eirostec | Soluções de energia; produção, armazenamento e financiamento

- *Speed Talks* com Deloitte | Soluções para a detenção e estruturação do património familiar e empresarial
- *Speed Talks* com Abreu Advogados | E-commerce: Enquadramento jurídico nacional
- *Speed Talks* com Pedro Pinheiro | Como criar famílias profissionais
- *Speed Talks* com Aliados Consulting | ESG - A nova diretiva de reporte de sustentabilidade europeia
- *Speed Talks* com Drible | Como Internacionalizar um negócio via e-commerce
- *Speed Talks* com Grupo Erre | Imutabilidade de Dados
- *Speed Talks* com MAAB | Oportunidades de negócio no mundo árabe
- *Speed Talks* com Legal Block | Os vistos de trabalho em Portugal e recentes alterações legislativas
- *Speed Talk* com MAAB | Oportunidades de negócio no mundo árabe
- *Speed Talks* com Energycon | Como descarbonizar já a sua Indústria
- *Speed Talks* com GestLuz | Financiamento e capitalização na indústria
- *Speed Talks* com Controlsafe | Trabalhadores motivados, trabalhadores empenhados
- *Speed Talks* com Pagero - A importância da faturação eletrónica
- *Speed Talks* com Gonçalo Coelho de Carvalho | Como inovar a estratégia para resultados de excelência
- *Speed Talks* com YOTTA Consulting | Update PT2030 & PRR: Planeamento e acesso
- *Speed Talks* com HUMB Consulting | A Jornada da sustentabilidade corporativa
- *Speed Talks* com Law Ace | Como planear a internacionalização do meu negócio
- *Speed Talks* com Grupo Érre | Cibersegurança: Quão segura é a sua empresa?
- *Speed Talks* com Conversas com Significado | Conquistando talento e sucesso empresarial: A jornada em employer branding
- *Speed Talks* com Human Power Hub | Human Power Match – Ligar necessidades e vontades
- *Speed Talks* com SPSM e Caiado e Guerreiro | Como Reduzir o IRC da sua empresa e quais as limitações ao planeamento fiscal
- *Speed Talks* com Gonçalo Coelho de Carvalho | Oceanos azuis e capacidades dinâmicas: Vanguardas para alcançar mercados valiosos

Número médio participantes nas *Speed Talks*: 30 pessoas

## EVENTOS DE *NETWORKING*

### Jantares-Debate

Com o objetivo de trazer para a esfera da AEMinho personalidades relevantes da sociedade e da cena política nacional, a AEMinho organiza periodicamente Jantares-Debate para discussão de temas da mais alta importância para o ecossistema empresarial do Minho. Em 2023 foram realizados os seguintes:

- Jantar-Debate | Qual o impacto do atual contexto energético na vida das empresas?  
**Oradores convidados:** Duarte Cordeiro, Patrícia Vasconcelos, Pedro Carreira, Francisco Costa, Álvaro Beleza. Moderado por Fernando Alexandre.
- Jantar-Debate | Liderança no Feminino  
**Oradores convidados:** Paula Mainini, Patrícia Vasconcelos, Maria José Fernandes, Patrícia Santos. Moderado por José Teixeira. Encerramento com Luís Montenegro.
- Jantar-Debate | Horizonte 2030 - Perspetivas sobre o quadro comunitário de apoio Portugal 2030  
**Oradores convidados:** Pedro Cilínio, Ana Carvalho, Nuno Mangas, José Pinheiro. Moderado por Pedro Deus.
- Jantar-Debate | A Ética na política e o seu impacto na economia  
**Oradores convidados:** Sérgio Sousa Pinto, Carlos Guimarães Pinto, Ana Gomes, Adolfo Mesquita Nunes. Moderado por Camilo Lourenço.

Número médio de pessoas por jantar: 100 pessoas

### *Business Drinks e Business Talks*

Foram organizados *Business Drinks* e *Business Talks* sobre diversos assuntos, a saber:

- Business Drink sobre a Patente Unitária, Bosch, Braga  
**Entidades convidadas:** Patentree, Universidade do Minho
- Business Drink | Inovação Corporativa, Grupo Érre, Braga  
**Entidades convidadas:** Sales Force, Innovation by Kaizen
- Business Talks | Guia para Agenda do Trabalho Digno: As Principais Alterações ao Código de Trabalho, DST, Braga  
**Entidades convidadas:** Telles Advogados
- Business Drink | Índices de Excelência, Têxteis Penedo, Guimarães  
**Entidades convidadas:** Cegoc, Neves de Almeida
- Business Talks | Empresas familiares - desafios, boas práticas e continuidade, Paço dos Duques, Guimarães



Entidades convidadas: PwC

- Business Drink | Maximizar o potencial da sua empresa através da faturação eletrónica, Hotel Meliá, Braga

Entidades convidadas: Pagero

- Business Talks | Orçamento de Estado 2024 e Medidas Fiscais do Programa +Habitação, Casais, Braga.

Entidades convidadas: Cerejeira, Namora e Falcão

Número médio de pessoas por Business Drink: 30 pessoas

## Grandes Formatos

### Aniversário da AEMinho:

#### I) Oferta de obras de arte urbana

A AEMinho na celebração dos seus dois anos de existência e, com o especial propósito de homenagear os trabalhadores da Região, ofereceu duas esculturas gémeas, uma em Braga e outra em Viana do Castelo. A produção artística ficou a cargo do escultor Acácio Viegas, que captou todo o conteúdo subjacente à mensagem que se pretende transmitir, mostrando que as empresas são as pessoas e a importância de todas e cada uma no ecossistema empresarial.

A obra teve como mecenas 11 empresas do Minho: Casais, Grupo Bernardo da Costa, Grupo DST, Grupo ÉRRE, Grupo IFT, PKM, Painhas, Pinto Brasil, Sanitop, Solar das Bouças, Sonix, Zome.

#### Município de Braga

Inauguração: Ana Mendes Godinho, Ricardo Rio, José Teixeira, Ricardo Costa.

#### Município de Viana do Castelo

Inauguração: Marcelo Rebelo de Sousa, Ana Abrunhosa, Luís Nobre, Ricardo Costa.

#### II) Conferência O Estado da Arte

A celebração do aniversário da AEMinho marca uma data importante da história da associação, que se traduz num momento de reflexão sobre o percurso traçado, sobre a relevância das atividades desenvolvidas e sobre as nossas intervenções no espaço público.

A AEMinho trouxe pela ocasião do seu segundo aniversário a discussão de temas da maior relevância para o ecossistema económico-social da região e do País, com a conferência **O Estado da Arte** subordinada ao tema “*O Minho no Portugal de Amanhã*”.



O debate sobre “O Minho no Portugal de Amanhã” pretendeu reafirmar o papel da região, debatendo, de forma séria e estruturada, modelos de desenvolvimento económico e de gestão administrativa. O modelo centralista está obviamente esgotado e torna-se urgente uma reforma na administração pública. Quisemos com este debate trazer à luz modelos de possível aplicação, não só no Minho, mas em todo o país.

Esta conferência contou com a presença de S. Ex<sup>a</sup>. o Sr. Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, da Ministra da Coesão Territorial, Ana Abrunhosa e com o presidente da CIP, Armindo Monteiro para a abertura do evento.

**Oradores convidados:** Pedro Siza Vieira, Cecília Meireles, Luís Braga da Cruz e Isabel Furtado. Moderação de Luís Ferreira Lopes. Encerramento por José Manuel Fernandes.

## II) *Sunset* de Celebração do 2º Aniversário

O *Sunset* de Celebração do Aniversário da AEMinho contou com a presença de empresas associadas, instituições da região e amigos. Foi um serão animado pela artista Ana Gomes.

Nº de participantes: 275

## Gala Solidária AEMinho2023

A Gala Solidária AEMinho é um evento de Solidariedade Social, Cultura e Filantropia, que pretende juntar a sua comunidade empresarial num evento social de charme, num edifício emblemático - o Theatro Circo, e com o nobre propósito de angariar fundos para uma entidade escolhida pelos seus associados. A entidade mais votada pelos associados foi a ACISJF - Associação Católica Internacional ao Serviço da Juventude Feminina de Viana do Castelo.

Foi uma celebração que contou ainda com homenagens de mérito a personalidades da nossa sociedade.

- i) Mérito Social: Graça Freitas
- ii) Mérito Académico: Maria José Fernandes
- iii) Mérito Empresarial: Jorge Batista e José Dionísio
- iv) Mérito Associativo: José Manuel Capa Pereira pelo

Juntam-se a esta celebração Marisa Liz, Paulo de Carvalho, Bolha, Daniel Pereira Cristo e a Ent'artes, num espetáculo acompanhado pela Orquestra da Sinfonietta de Braga e apresentado por Mário Daniel.

### Eventos exclusivos para associados da AEMinho

A AEMinho tem convidado para figuras da sociedade portuguesa com particular impacto na vida económica nacional para eventos intimistas com os seus associados.

- Jantar com José Manuel Fernandes, Eurodeputado, Vila Verde
- Jantar com Bernardo Ivo Cruz, Secretário de Estado da Internacionalização, Ofir
- Almoço satélite ao conselho de ministros, Guimarães

### EVENTOS DE TERCEIROS

A AEMinho participou como entidade parceira em eventos organizados ou em coorganização com entidades terceiras, nomeadamente:

- Jantar de Celebração do Ano novo Chinês - CCPHK
- Missão empresarial da FENACOM (BR) a Portugal
- Expobiotec, Universidade do Minho, Braga
- 6ª Edição da Semana da Economia, InvestBraga, Braga
- Festival de Inovação Social (FIS 2023)
- Villas & Golfe International Cup – Torneio de Golfe
- XXI Edição Clube de Vinhos e Comércio | Potencialidades no Mercado do Brasil
- XXII Edição Clube de Vinhos e Comércio | Potencialidades no Mercado do Canadá

### OUTRAS ATIVIDADES

#### Mês da Economia de Guimarães

A Associação Empresarial do Minho (AEMinho) foi convidada a participar no evento “Economia – Inovação & Fábrica do Futuro”, organizado pela Câmara Municipal de Guimarães, com o objetivo de promover o diálogo sobre as questões relacionadas com a Economia e Inovação no concelho de Guimarães e na região.

Com o foco na identificação e discussão dos principais desafios que o território enfrenta e com vista à apresentação de soluções, este evento teve lugar no mês de outubro em todo o município de Guimarães, e reuniu um conjunto alargado de atores com vista a analisar o atual “estado da arte”, perceber as suas diferentes dimensões e definir os caminhos que garantam o crescimento económico e ambientalmente sustentável do território. Indústria, Turismo, Comércio, Academia, Saúde e Tecnologia foram as temáticas deste evento, que pretendeu também projetar a Fábrica do Futuro,

um modelo industrial impulsionado por tecnologias inovadoras e transformadoras, quer nos sistemas de produção quer nos modelos de negócio.

A AEMinho foi então desafiada a marcar presença neste evento, tendo apresentado um programa dinâmico com grande abrangência territorial e institucional e que colocou em debate vários temas consoante a linha de ação da nossa associação.

A AEMinho realizou 10 das 30 atividades da programação da “Economia – Inovação & Fábrica do Futuro”, durante todo o mês de outubro, muitos deles já elencados anteriormente. A saber:

- *Go To Labour* – Campus de Azurém, Universidade do Minho, Guimarães
- *Business Drink* | Índices de Excelência, Têxteis Penedo, Guimarães
- *Go To Labour* – IPCA, Ave Park, Guimarães
- *Webinar* | Cibersegurança: Quão segura é a sua empresa?
- XXII Edição Clube de Vinhos e Comércio | Potencialidades no Mercado do Canadá
- *Workshop* | Ferramentas para o sucesso com António Paulo Teixeira
- Sessão sobre *Neuromarketing* aplicado aos negócios com Alex Born
- Conferência: Avaliação de Riscos na Era do Digital com ACT e Controlsafe
- *Business Talks* com PwC | Empresas Familiares - desafios, boas práticas e continuidade
- As Tendências do Futuro - Sessão de encerramento

### Eixo Atlântico

A AEMinho participou no relatório Socioeconómico da região do Eixo Atlântico, a convite do Eixo Atlântico. O relatório está disponível online em: [https://www.eixoatlantico.com/pt/component/k2/download/1507\\_81a87eca2f2556f4b56e5bf4210da942](https://www.eixoatlantico.com/pt/component/k2/download/1507_81a87eca2f2556f4b56e5bf4210da942)

## COMUNICAÇÃO

### Comunicados de Imprensa

Em 2022 a AEMinho emitiu 19 comunicados de imprensa e as suas atividades originaram 48 notícias na imprensa nacional e local e 11 participações em programas de TV. Adicionalmente foram realizadas 6 entrevistas para a RUM e Antena Minho.

### Rádio

A AEMinho iniciou com a RUM uma rubrica, intitulada Negócios à Lupa pela AEMinho. A primeira temporada desta rubrica decorreu ao longo do ano, em 33 episódios e contou com a participação de 26 empresas.

### **Redes Sociais**

*LinkedIn* | 6981 seguidores

Foram criadas 237 publicações, com alcance de 250 123 pessoas e cerca de 6 200 interações.

*Facebook* | 2473 seguidores

Foram criadas 232 publicações, com alcance de 50 108 pessoas e cerca de 5 000 interações.

### III. ÓRGÃOS SOCIAIS

A AEMinho é constituída pelos seguintes Órgãos Sociais, eleitos a 28 de maio de 2021, para o mandato 2021-2024:

- Assembleia Geral
- Conselho Geral
- Direção
- Conselho Fiscal

#### Constituição dos Órgãos Sociais

##### ASSEMBLEIA GERAL

###### **Presidente**

José Teixeira | **Domingos da Silva Teixeira, S.A. – Braga**

###### **Vice-Presidente**

António Ressurreição | **Solar das Bouças, S.A. – Braga**

###### **Secretária**

Sílvia Pires | **João Pires Internacional Transportes – Viana do Castelo**

##### CONSELHO GERAL

###### **Presidente**

J. M. Capa Pereira | **PKM Hold - SGPS S.A. - Braga**

###### **Vice-Presidente**

António Falcão | **INTERAC - Comércio Internacional de Têxteis – Barcelos**

###### **Membros do Conselho Geral:**

José Teixeiral **Presidente da Assembleia Geral da AEMinho**

Ricardo Costa | **Presidente da Direção da AEMinho**

Helena Painhas | **Presidente do Conselho Fiscal da AEMinho**

António Cunha | **CCDR-N - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte**

António Manuel de Almeida-Dias | **CESPU - Cooperativa de Ensino Superior Politécnico e Universitário e Instituto Politécnico de Saúde do Norte**

António Rui Sousa Dias Amorim | **CITEVE - Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e do Vestuário de Portugal**

Carlos Rodrigues | **IPVC - Instituto Politécnico de Viana do Castelo**

D. Jorge Ortiga | **Arquidiocese de Braga**

Domingos Bragança | **Conselho Intermunicipal (CIM) do Ave**

João Manuel Duque Presidente | **Centro Regional de Braga da Universidade Católica Portuguesa**

João Redondo | **Universidade Lusíada e Fundação Minerva**

José Fernando Gomes Mendes

Lars Muntelius | **INL - International Iberian Nanotechnology Laboratory**

Manoel Batista | **Conselho Intermunicipal (CIM) do Alto Minho**

Maria José Fernandes | **IPCA - Instituto Politécnico do Cávado e Ave**

Ricardo Jorge Silvério Magalhães Machado | **CCG - Centro de Computação Gráfica**

Ricardo Rio | **Conselho Intermunicipal (CIM) do Cávado**

Rui Vieira de Castro | **Universidade do Minho**

## DIREÇÃO

### Presidente

Ricardo Costa | **Bernardo da Costa - Comércio de Equipamentos de Segurança, Lda. – Braga**

### COMISSÃO EXECUTIVA

#### 1º Vice-Presidente

Ramiro Brito | **Érre Technology (Grupo Érre) – Braga**

### COMISSÃO EXECUTIVA

#### Vice-Presidente

Gonçalo Pimenta de Castro

### COMISSÃO EXECUTIVA

#### Vice-Presidente

Ricardo Salgado | **DSTelecom, S.A. – Braga**

### COMISSÃO EXECUTIVA

**Vice-Presidente**

Isabel Carneiro  
COMISSÃO EXECUTIVA

**Vice-Presidente**

António Carlos | **CASAIS – Engenharia e Construção, S.A. – Braga**  
RESILIÊNCIA E CONSTRUÇÃO

**Vice-Presidente**

José Dionísio | **Primavera Business Software Solutions, S.A. – Braga**  
TRANSIÇÃO DIGITAL

**Vice-Presidente**

Luís Roby | **Érre LRB – Braga**  
TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

**Vice-Presidente**

Graça Coelho | **Cachapuz – Weighing & Logistics Systems, Lda. – Braga**  
ATRAÇÃO E RETENÇÃO DE TALENTO

**Vice-Presidente**

Arminda Carmo | **Navarra – Extrusão de Alumínio, S.A. – Braga**  
RESPONSABILIDADE SOCIAL

**Vice-Presidente**

António Brasil | **Pinto Brasil – Fábrica de Máquinas Industriais, S.A. – Guimarães**  
EQUIPAMENTOS

**Vice-Presidente**

Luís Cerdeira | **VINUSOALLERIUS, Lda. – Monção**  
TURISMO

**Vice-Presidente**

Miguel Soares | **M.S.N.F. Soluções Informáticas Lda. – V.N. Famalicão**  
TECNOLOGIA

**Vice-Presidente**

João Almeida | **Têxteis J.F. Almeida, S.A. – Guimarães**  
TÊXTIL/CALÇADO E VESTUÁRIO

**Vice-Presidente**

Pedro Machado | **FIRMAGO - Fundição de Alumínios, S.A. – Braga**  
AMBIENTE



**Vice-Presidente**

Carlos Ribas | **Bosch Car Multimédia Portugal, S.A. – Braga**  
FILEIRA DO AUTOMÓVEL

**Vice-Presidente**

Tiago Freitas | **Porminho Alimentação S.A. – V.N. Famalicão**  
AGROALIMENTAR

**Vice-Presidente**

Carlos Palhares | **MECWISE S. A. – Barcelos**  
ENERGIA

**Vice-Presidente**

Luís Ferreira | **Grupo IFT – Instituto de Formação e Transportes - Passos de Sá, Lda.**  
– **Viana do Castelo**  
TRANSPORTES

**Vice-Presidente**

António Rodrigues | **Controlsafe – Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, Lda.**  
– **V.N. Famalicão**  
SAÚDE

**Vice-Presidente**

Joaquim Mota e Silva | **Vetor Dinâmico - Desenvolvimento de Pessoas e Organizações**  
– **Celorico de Basto**  
AGRICULTURA

**Vice-Presidente**

Hélder Ventura | **Ambiflora Silvicultura e Exploração Florestal – Braga**  
FLORESTA

**Vice-Presidente**

Luís Ramalho | **Skillmind - Consultoria em Sistemas de Informação, S.A.– Braga**

**Vice-Presidente**

Elói Ferreira | **MTEX New Solutions, S.A. – V.N. Famalicão**

**Vice-Presidente**

Graciete Lima | **Manuel da Costa Carvalho Lima & Filhos, Lda. – Fafe**

**Vice-Presidente**

Samuel Costa | **Malhas Sonix S.A. – Barcelos**

**Vice-Presidente**

Paula Mainini | **FEMA Transportes Express & Logistics, S.A. – Vizela**

## CONSELHO FISCAL

### Presidente

Helena Painhas\* | **Painhas S.A. – Viana do Castelo**

### Vice-Presidente

Virgínia Abreu | **Crispim Abreu & Cª Lda. – Guimarães**

### Relator

Mário Guimarães | **ROC – Braga**

\*eleita em 28 de novembro de 2022, para o mandato 2021-2024.

## ASSEMBLEIAS GERAIS

Conforme previsto nos estatutos da AEMinho, foram realizadas 2 Assembleias Gerais Ordinárias, uma a 27 de abril e outra de 28 de novembro, ambas no auditório do IPCA de Braga, com uma presença expressiva de associados.

## IV. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A direção informa que a AEMinho não apresenta dívidas ao Estado e Outros Entes Públicos em situação de mora, nos termos do decreto-Lei n.º 554/80 de 7/11.

Nos termos dos art.ºs 208º e 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2019, de 16/9, a direção informa que a situação da AEMinho perante a Segurança Social se encontra realizada, dentro dos prazos legais estabelecidos.

## V. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO PERÍODO

Após um ano de 2022 marcado pelo início da guerra na Ucrânia e pela inflação generalizada de custos variáveis, 2023 trouxe uma nova guerra, Israel - Hamas, e uma forte instabilidade política nacional, com impacto na execução dos programas de ajustamento. Ainda assim, o ano de 2023 tem sido um ano de ligeira recuperação.

A economia global enfrentou em 2023 diversos fatores adversos, tais como i) o prolongamento do conflito na Ucrânia; ii) a persistência da inflação elevada durante uma significativa parte do ano, em particular nos serviços e na alimentação; iii) a forte subida das taxas de juro e, iv) uma nova guerra entre Israel e o Hamas, alimentando tensões no Médio Oriente e receios de alastramento do conflito na região. Ao mesmo tempo, o arrefecimento da procura global de bens e a desaceleração do comércio internacional traduziram-se numa contração da atividade industrial.

A Zona Euro viu o crescimento anual do PIB recuar 0,5%, ainda que em Portugal o crescimento anual do PIB tenha sido de 2,3%, contrariando a tendência europeia. As empresas continuaram a reportar situações de escassez de mão de obra e dificuldades em preencher postos de trabalho, levando a que os salários continuem a subir, com o salário mínimo nacional a fixar-se em 2023 nos 760€.

2023 ficou ainda marcado pela queda dos preços da energia, que atenuou os custos de produção das empresas. No entanto, a persistência da inflação levou os principais bancos centrais a reafirmarem a necessidade de elevarem os juros de referência, cujo impacto é altamente penalizador da procura interna e promove o abrandamento da procura externa.

Preocupante foi também a baixa execução dos fundos do Plano de Recuperação e Resiliência, que será ainda mais afetada devido à queda do governo em novembro de 2023.

A AEMinho está atenta a todos os fatores nacionais e internacionais que influenciam diretamente da atividade económica, tendo centrado a sua atividade na procura de informação qualificada para que as empresas suas associadas possam tomar decisões informadas e adotar medidas de mitigação adequadas.

## VI. DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pela Comissão Executiva em reunião realizada em 13 de abril de 2024.

## VII. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A AEMinho apresentou um resultado líquido do período no valor de 57 850,31 €. A Direção propõe que o resultado líquido do período seja aplicado em reserva estatutária obrigatória (25%), no montante de 14 462,58 € e o restante, no valor de 43 387,73 €, em resultados transitados.

## VIII. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### BALANÇO

31 de dezembro de 2023

RUBRICAS	NOTAS	DATA	
		31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	887,62	1 870,36
Outros créditos e ativos não correntes	7	503,40	397,95
		1 391,02	2 268,31
Ativo corrente			
Créditos a receber	7	21 183,51	8 282,00
Associados	7	12 309,00	4 587,00
Estado e outros entes públicos	11	206,51	164,00
Diferimentos	11	1 531,63	1 746,94
Outros ativos correntes	7	122,52	10 507,01
Caixa e depósitos bancários	7	184 855,30	220 556,66
		220 208,47	245 843,61
Total do ativo		221 599,49	248 111,92
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		-	-
Reservas		30 721,40	-
Resultados transitados		92 164,21	24 313,74
		122 885,61	24 313,74
Resultado líquido do período	7	57 850,31	98 571,87
Total dos fundos patrimoniais		180 735,92	122 885,61
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	7	7 240,22	10 800,29
Estado e outros entes públicos	11	2 541,47	2 787,37
Diferimentos	11	14 266,67	102 102,81
Outros passivos correntes	7	16 815,21	9 535,84
		40 863,57	125 226,31
Total do passivo		40 863,57	125 226,31
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		221 599,49	248 111,92

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Período findo em 31 de Dezembro de 2023

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados	5	362 310,15	256 819,93
Subsídios, doações e legados à exploração	5 / 6	5 546,44	6 022,65
Fornecimentos e serviços externos	6	(203 670,44)	(86 171,03)
Gastos com o pessoal	8	(96 022,55)	(73 991,01)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	7	(3 079,00)	-
Outros rendimentos	5 / 11	282,18	50,22
Outros gastos	11	(6 533,73)	(3 384,49)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>58 833,05</b>	<b>99 346,27</b>
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	4	(982,74)	(774,40)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>57 850,31</b>	<b>98 571,87</b>
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>57 850,31</b>	<b>98 571,87</b>
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>7</b>	<b>57 850,31</b>	<b>98 571,87</b>

## DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

Período findo em 31 de dezembro de 2023

RUBRICAS	NOTAS	Fundos Patrimoniais				Total Fundos Patrimoniais
		Reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total	
Posição em 1 de janeiro de 2023	1	-	24 313,74	98 571,87	122 885,61	122 885,61
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>						
Outras alterações reconhecidas nos fundos próprios		30 721,40	67 850,47	(98 571,87)	-	-
	2	30 721,40	67 850,47	(98 571,87)	-	-
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	3			57 850,31	57 850,31	57 850,31
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>	4=2+3			(40 721,56)	57 850,31	57 850,31
<b>OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO</b>						
Outras operações		-	-	-	-	-
	5	-	-	-	-	-
Posição em 31 de dezembro de 2023	6=1+2+3+5	30 721,40	92 164,21	57 850,31	180 735,92	180 735,92

## DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

Período findo em 31 de dezembro de 2022

RUBRICAS	NOTAS	Fundos Patrimoniais			Total Fundos Patrimoniais
		Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total	
Posição em 1 de janeiro de 2022	1	-	24 313,74	24 313,74	24 313,74
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>					
Outras alterações reconhecidas nos fundos próprios		24 313,74	(24 313,74)	-	-
	2	24 313,74	(24 313,74)	-	-
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	3		98 571,87	98 571,87	98 571,87
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>	4=2+3		74 258,13	98 571,87	98 571,87
<b>OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO</b>					
Outras operações		-	-	-	-
	5	-	-	-	-
Posição em 31 de dezembro de 2022	6=1+2+3+5	24 313,74	98 571,87	122 885,61	122 885,61

## DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Período findo em 31 de dezembro de 2023

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes e utentes		260 342,83	129 630,93
Pagamentos a fornecedores		(213 737,61)	(83 440,33)
Pagamentos ao pessoal		(56 289,60)	(47 050,02)
Caixa gerada pelas operações		(9 684,38)	(859,42)
Outros recebimentos/pagamentos		(25 911,53)	(19 466,89)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		(35 595,91)	(20 326,31)
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-	(833,51)
Outros ativos		(105,45)	(266,46)
Recebimentos provenientes de:			
Outros ativos		-	73,38
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(105,45)	(1 026,59)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(35 701,36)	(21 352,90)
Caixa e seus equivalentes no início do período		220 556,66	241 909,56
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	184 855,30	220 556,66



ANEXO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

## 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

**1.1 Denominação da entidade:** AEMinho – Associação Empresarial do Minho  
(número de pessoa coletiva: 514 760 664)

**1.2 Sede social:** “Edifício IPCA”, sito na Avenida Dr. Francisco Pires Gonçalves, 4715-558, freguesia de Braga (S. José de S. Lázaro), concelho de Braga

**1.3 Natureza da atividade:** A AEMinho – Associação Empresarial do Minho (“Associação” ou “AEMinho”) é uma entidade com personalidade jurídica, sob a forma de associação de direito privado sem fins lucrativos, tendo iniciado a sua atividade no dia 28 de maio de 2021, com a realização da Assembleia Geral Constituinte.

O fim da AEMinho é a promoção, a dinamização e a defesa da atividade empresarial na região do Minho, através, nomeadamente, da prestação de serviços às empresas e à comunidade empresarial do Minho, no âmbito das suas competências bem como a filiação ou a participação em parcerias com outras entidades privadas ou públicas que prossigam os mesmos objetivos ou objetivos conexos e/ou complementares. Com vista à prossecução do seu fim, a AEMinho centra a sua missão na promoção e defesa da iniciativa empresarial como vetor essencial do desenvolvimento económico, social e cultural da região do Minho e no reforço da sua competitividade, bem como da sua resiliência, influência e dimensão.

## 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 2.1. Referencial contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade de operações, a partir dos registos contabilísticos da Associação e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor não Lucrativo (NCRF-ESNL), publicada pelo Aviso n.º 6726-B/2011, de 14 de março e republicada pelo Aviso n.º 8259/2011, de 29 de julho, nos termos do regime de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo, aprovado pelo Decreto-lei n.º 36-A/211, de 9/3, republicado pelo Decreto-lei n.º 98/2015, de 2/6. No Anexo II do referido diploma, o SNC-ESNL é composto pelos seguintes instrumentos:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);

- Modelo de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24/7;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, de 23/7;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29/7; e
- Normas interpretativas (NI).

Estas demonstrações financeiras refletem as contas individuais da Associação, preparadas nos termos legais para aprovação em Assembleia Geral.

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da Associação, foi utilizada a norma que integra o Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor não Lucrativo (“NCRF – ESNL”), em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sem prejuízo do recurso supletivo às Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI), às Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, e ainda às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e respetivas interpretações (SIC-IFRIC), sempre que a NCRF – ESNL não contemple aspetos particulares das transações realizadas e dos fluxos ou das situações em que a Associação se encontre envolvida.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Associação e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no artigo 4.º da Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respetivos montantes em Euros.

## **2.2. Indicação e justificação das disposições da NCRF – ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas**

No presente período não foram derogadas quaisquer disposições da NCRF – ESNL que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

### **2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior**

Não se registaram alterações significativas do âmbito da atividade da Associação que possam prejudicar a comparabilidade dos itens das demonstrações financeiras ou pôr em causa a característica qualitativa das informações disponibilizadas.

## **3. BASES DE APRESENTAÇÃO DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS**

### **3.1 Bases de Apresentação**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as seguintes bases de apresentação (BADF):

#### **3.1.1 Continuidade**

Com base na informação disponível e nas expectativas futuras, a Associação continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de reduzir ou liquidar, consideravelmente, o nível das suas operações, ou seja, à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

#### **3.1.2 Regime de acréscimo (periodização económica)**

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas “Outros créditos a receber”, “Outras dívidas a pagar” ou “diferimentos”.

#### **3.1.3 Consistência da Apresentação**

As demonstrações financeiras são consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os *stakeholders*.

**3.1.4 Materialidade e agregação**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar uma apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste Anexo.

**3.1.5 Compensação**

Dada a sua importância, os ativos e os passivos são apresentados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, que não devem ser compensados.

**3.1.6 Informação comparativa**

A informação comparativa deve ser divulgada nas demonstrações financeiras com respeito ao período anterior. Respeitando o pressuposto da continuidade das operações, as políticas contabilísticas devem ser aplicadas de forma consistente ao longo do tempo.

**3.2 Principais Políticas Contabilísticas****a) Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da AEMinho, de acordo com a normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL).

**i) Ativos fixos tangíveis**

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas (modelo do custo).

As depreciações são calculadas, quando o ativo estiver disponível para uso, pelo método da linha reta, de uma forma consistente de período a período, numa base duodecimal, de acordo com as vidas úteis estimadas.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se reconhecidos ao custo de

aquisição/produção, deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estejam prontos para utilização.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentem a vida útil destes ativos são reconhecidos como gastos do período em que ocorrem. Os gastos com inspeções importantes são incluídos na quantia escriturada do ativo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou da retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo apresentadas na demonstração dos resultados por natureza, como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

## **ii) Imparidade de ativos**

A Associação avalia, à data de balanço, se há algum indício de que um ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada pela qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica “Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis” ou “Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis”. A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o gasto com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a vida útil remanescente.

## **iii) Instrumentos financeiros**

i) Associados e outros créditos a receber

As dívidas dos associados e de outros créditos a receber são reconhecidas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

As dívidas de terceiros são mensuradas ao custo deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido. As perdas por imparidade são reconhecidas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

As perdas por imparidade são ajustadas em função da evolução das contas correntes, designadamente no que respeita ao detalhe das operações que a integram, sendo os reforços reconhecidos como gastos do período, as reversões, decorrentes da cessação total ou parcial do risco, nos rendimentos e as utilizações, para cobertura da perda efetiva do crédito, deduzidas diretamente nas contas correntes.

As dívidas dos associados e de outros créditos a receber são reconhecidas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

ii) Fornecedores e outras dívidas a pagar

As dívidas a fornecedores e a outros terceiros, são reconhecidas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

As dívidas a fornecedores e outras dívidas a pagar encontram-se mensuradas pelo método do custo.

iii) Passivos financeiros e fundos patrimoniais

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação, independentemente da forma legal que assumem.



Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro.

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

iv) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros depósitos bancários, que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos e apresentados no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos e apresentados no ativo não corrente.

**iv) Provisões, Passivos contingentes e Ativos contingentes**

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para fazer face a custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pela Associação como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não



pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. A Associação não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

#### **v) Rédito**

O rédito relativo a prestação de serviços, decorrente da atividade ordinária da Associação, é reconhecido pelo seu justo valor, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente à venda de bens e prestação de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas.

O rédito associado é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação (método da percentagem de acabamento) à data do balanço, se o desfecho puder ser estimado com fiabilidade. Se isso não acontecer, mas se os custos incorridos forem recuperáveis, o rédito só é reconhecido na medida dos gastos já incorridos e reconhecidos, de acordo com o método do lucro nulo. Se o desfecho não puder ser estimado e se os custos não forem recuperáveis, não há qualquer rédito a reconhecer e os gastos não podem ser diferidos. No caso da prestação de serviços continuados, o valor do rédito é reconhecido numa base de linha reta.

Os juros são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo.

#### **vi) Subsídios, doações e legados à exploração**

Os subsídios das entidades públicas são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Associação cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios relacionados com rendimentos (por exemplo, no âmbito de programas de formação profissional ou de apoio à contratação) são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica "Subsídios à exploração" da demonstração dos resultados por naturezas do período

em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados por naturezas numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. No caso de o subsídio estar relacionado com ativos não depreciables, são mantidos nos fundos patrimoniais, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como Passivos, na rubrica “Financiamentos obtidos”.

As doações são reconhecidas em rendimentos, exceto se se tratarem de ativos não correntes, em que é reconhecido um acréscimo dos fundos patrimoniais, garantido o balanceamento com os gastos respetivos.

#### **vii) Imposto sobre o rendimento do período**

A Associação é uma pessoa coletiva pública de interesse privado, de tipo associativo sem fins lucrativos, que não exerce a título principal uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola.

É um sujeito passivo de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) nos termos do n.º 1 do art.º 2.º do Código do IRC (CIRC), sendo a base deste imposto o rendimento global, correspondente à soma algébrica dos rendimentos das diversas categorias consideradas para efeitos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS), nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º do CIRC. As regras de determinação da matéria coletável de IRC são as constantes dos artigos 53.º e 54.º do CIRC, sendo aplicável aos rendimentos tributáveis a taxa de 21% prevista no n.º 5 do art.º 87.º do CIRC. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88.º do CIRC.

A Associação está isenta de imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas (IRC) no que diz respeito a rendimentos obtidos no exercício das atividades desenvolvidas no âmbito dos seus fins estatutários, não consideradas como de natureza comercial, industrial ou agrícola. Esta

isenção não abrange, portanto, os rendimentos resultantes de atividades que se encontrem fora do âmbito dos fins estatutários.

As declarações de rendimentos para efeitos fiscais são passíveis de revisão e correção pela Administração Tributária durante um período de quatro anos, pelo que as declarações relativas ao ano de 2021 a 2023 poderão vir ainda a ser corrigidas, não sendo expectável, no entanto, que, das eventuais correções, venha a decorrer um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

Os impostos que não se encontrem pagos, quer relativos ao período corrente quer a anteriores, são reconhecidos no passivo pelo valor que se estima vir a pagar, com base nas taxas e nas normas fiscais aplicáveis à data do balanço. No entanto, se os montantes já pagos relativos a esses períodos excederem os valores devidos, são reconhecidos no ativo na medida do excesso.

O efeito fiscal decorrente de transações ou de quaisquer outras operações cujos reflexos se encontram traduzidos nos resultados por naturezas do período é também reconhecido nos resultados do mesmo período, sendo expresso na demonstração dos resultados por naturezas na rubrica “Imposto sobre o rendimento do período”. No entanto, se esses reflexos se produzirem diretamente nos fundos patrimoniais, o efeito fiscal é também reconhecido nos fundos patrimoniais, por dedução ou acréscimo à rubrica que esteve na sua origem.

Nos termos da NCRF-ESNL, o imposto sobre o rendimento do período corresponde apenas ao imposto a pagar, não sendo reconhecidos impostos diferidos relacionados com diferenças temporárias.

#### **viii) Benefícios dos empregados**

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento

venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano. No caso da Associação, somente as férias são pagas durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da Associação quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

## **b) Outras políticas contabilísticas**

### **i) Eventos subsequentes**

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço ("acontecimentos que dão lugar a ajustamentos") são refletidos nas demonstrações financeiras da Associação. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos"), quando materiais, são divulgados no Anexo.

### **ii) Fluxos de caixa**

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em Entidades participadas e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamento de dividendos.

A Associação classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” os montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

#### **c) Principais pressupostos relativos ao futuro**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Associação, mantidos de acordo com a normalização contabilística em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no Anexo.

#### **d) Principais fontes de incerteza das estimativas**

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com a NCRF-ESNL, a Direção da Associação utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a estas estimativas que venham a ocorrer posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva.

As estimativas de valores futuros que se justifiquem reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Associação no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras entidades do

sector, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

## **4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS**

### **4.1 Divulgações Sobre Ativos Fixos Tangíveis:**

#### **a) Bases de mensuração:**

Os ativos fixos tangíveis estão valorizados de acordo com o modelo do custo, segundo o qual um item do ativo fixo tangível é escriturado pelo seu custo menos depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

#### **b) Método de depreciação usado:**

A Associação deprecia os seus bens do ativo fixo tangível de acordo com o método da linha reta. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar.

#### **c) Vidas úteis e taxas de depreciação usadas:**

As depreciações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxa de depreciação médias:

<b>Ativos fixos tangíveis</b>	<b>Vida útil</b>	<b>Taxa de depreciação</b>
Equipamento administrativo	3	33,33%

d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período:

2023

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Investimentos em curso	TOTAL
<b>QUANTIA ESCRITURADA BRUTA:</b>								
Saldo em 31.12.2022	-	-	-	-	2.948,33	-	-	2.948,33
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienações e abates	-	-	-	-	-	-	-	-
Retiradas	-	-	-	-	-	-	-	-
Doações	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2023	-	-	-	-	2.948,33	-	-	2.948,33
<b>DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS:</b>								
Saldo em 31.12.2022	-	-	-	-	(1.077,97)	-	-	(1.077,97)
Adições	-	-	-	-	(982,74)	-	-	(982,74)
Alienações e abates	-	-	-	-	-	-	-	-
Retiradas	-	-	-	-	-	-	-	-
Doações	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2023	-	-	-	-	(2.060,71)	-	-	(2.060,71)
<b>QUANTIA ESCRITURADA</b>	-	-	-	-	887,62	-	-	887,62

2022

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Investimentos em curso	TOTAL
<b>QUANTIA ESCRITURADA BRUTA:</b>								
Saldo em 31.12.2021	-	-	-	-	2.114,82	-	-	2.114,82
Adições	-	-	-	-	833,51	-	-	833,51
Alienações e abates	-	-	-	-	-	-	-	-
Retiradas	-	-	-	-	-	-	-	-
Doações	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2022	-	-	-	-	2.948,33	-	-	2.948,33
<b>DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS:</b>								
Saldo em 31.12.2021	-	-	-	-	(303,57)	-	-	(303,57)
Adições	-	-	-	-	(774,40)	-	-	(774,40)
Alienações e abates	-	-	-	-	-	-	-	-
Retiradas	-	-	-	-	-	-	-	-
Doações	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2022	-	-	-	-	(1.077,97)	-	-	(1.077,97)
<b>QUANTIA ESCRITURADA</b>	-	-	-	-	1.870,36	-	-	1.870,36



## 4.2 Restrições, garantias e compromissos:

- a) Não existem restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis que sejam dados como garantia de passivo;
- b) Não existem compromissos contratuais para a aquisição de ativos fixos tangíveis.

## 5. RÉDITO E OUTROS RENDIMENTOS

### 5.1 Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito

A Associação reconhece os réditos de acordo com os seguintes critérios:

- a) **Prestação de serviços** – reconhecidos com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço; no caso da prestação de serviços continuados (quotas), o valor do rédito é reconhecido numa base de linha reta.

### 5.2 Quantia e natureza de elementos de rendimentos:

Rendimentos	2023	2022
Prestação de serviços		
Quotas	257.210,49	226.478,68
Eventos	82.399,66	30.341,25
Donativos	22.700,00	-
Subsídios de entidades públicas	5.546,44	6.022,65
Outros	282,18	50,22
<b>TOTAL RENDIMENTOS</b>	<b>368.138,77</b>	<b>262.892,80</b>

## 6. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

### 6.1 Natureza e extensão dos subsídios reconhecidos nas demonstrações financeiras

Descrição	Natureza	2023			2022		
		Fundos patrimoniais	Passivo	Demonstração dos resultados	Fundos patrimoniais	Passivo	Demonstração dos resultados
IEFP - Estágios ATIVAR.PT	Relacionado com rendimentos	-	-	5.546,44	-	-	6.022,65
<b>TOTAL</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5.546,44</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6.022,65</b>

## 7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### 7.1 Bases de mensuração

É política da Associação reconhecer um ativo, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Associação mensura ao custo ou ao custo amortizado, menos perdas por imparidade acumuladas, os seguintes instrumentos financeiros: (i) ativos e passivos financeiros tais como clientes, fornecedores, contas a receber, contas a pagar ou empréstimos bancários, incluindo os em moeda estrangeira; e (ii) contratos para conceder ou contrair empréstimos. Os instrumentos financeiros negociados em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, reconhecendo-se as variações deste por contrapartida de resultados do período.

### 7.2 Ativos e passivos financeiros

#### a) Ativos financeiros mensurados ao custo menos imparidade

Ativos financeiros	31.12.2023		31.12.2022	
	Custo	Imparidade acumulada	Custo	Imparidade acumulada
Fundo de Compensação do Trabalho (FCT)	503,40	-	397,95	-
<b>OUTROS CRÉDITOS E ATIVOS NÃO CORRENTES</b>	<b>503,40</b>	<b>-</b>	<b>397,95</b>	<b>-</b>
		-		
Quotas	12.309,00	-	4.587,00	-
Clientes de cobrança duvidosa	2.684,00	(2.684,00)	-	-
<b>ASSOCIADOS</b>	<b>14.993,00</b>	<b>(2.684,00)</b>	<b>4.587,00</b>	<b>-</b>
Clientes, c/c - Eventos	21.183,51	-	8.282,00	-
Clientes de cobrança duvidosa	395,00	(395,00)	-	-
<b>CRÉDITOS A RECEBER</b>	<b>21.578,51</b>	<b>(395,00)</b>	<b>8.282,00</b>	
IEFP	-	-	8.466,09	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	-	-	-	-
Outros	122,52	-	2.040,92	-
<b>OUTROS ATIVOS CORRENTES</b>	<b>122,52</b>	<b>-</b>	<b>10.507,01</b>	<b>-</b>

b) Passivos financeiros mensurados ao custo

Passivos financeiros	31.12.2023			31.12.2022		
	Passivo corrente	Passivo não corrente	Total	Passivo corrente	Passivo não corrente	Total
Fornecedores, c/c	7.240,22	-	7.240,22	10.800,29	-	10.800,29
<b>FORNECEDORES</b>	<b>7.240,22</b>	<b>-</b>	<b>7.240,22</b>	<b>10.800,29</b>	<b>-</b>	<b>10.800,29</b>
Credores por acréscimos de gastos	15.282,21	-	15.282,21	7.741,69	-	7.741,69
Pessoal	120,00	-	120,00	-	-	-
Outros	1.413,00	-	1.413,00	1.794,15	-	1.794,15
<b>OUTROS PASSIVOS CORRENTES</b>	<b>16.815,21</b>	<b>-</b>	<b>16.815,21</b>	<b>9.535,84</b>	<b>-</b>	<b>9.535,84</b>

c) Caixa e depósitos bancários

Rubrica	31.12.2023	31.12.2022
<b>Caixa:</b>		
Caixa – EUR	50,62	50,30
	<b>50,62</b>	<b>50,30</b>
<b>Depósitos bancários:</b>		
Depósitos à ordem – EUR	184.804,68	220.506,36
	<b>184.804,68</b>	<b>220.506,36</b>
<b>TOTAL</b>	<b>184.855,30</b>	<b>220.556,66</b>

7.3 Fundos patrimoniais

Rubrica	31.12.2023	31.12.2022
Reservas	30.721,40	-
Resultados transitados	92.164,21	24.313,74
Resultado líquido do período	57.850,31	98.571,87
<b>TOTAL</b>	<b>180.735,92</b>	<b>122.885,61</b>

## 8. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

### 8.1 Número de empregados no período

Número de empregados	2023	2022
Início do período	4	3
Fim do período	3	4
Média do período	4	3

### 8.2 Número de membros dos órgãos de direção

Número de membros dos órgãos de direção – Comissão executiva	2023	2022
Início do período	5	5
Fim do período	5	5
Média do período	5	5

### 8.3 Compromissos existentes em matéria de pensões

Não existem compromissos assumidos pela Associação em matéria de pensões em 31 de dezembro de 2023.

### 8.4 Membros dos órgãos de direção

#### a) Quantias dos adiantamentos e dos créditos concedidos:

Não foram concedidos adiantamentos ou créditos a membros da direção no período de 2023.

#### b) Remunerações

Os membros da Direção não auferiram quaisquer remunerações no âmbito das suas funções.

### 8.5 Gastos com o pessoal

Rúbrica	2023	2022
Remunerações		
Salários	63 615,14	48.820,95
Subsídio de alimentação	5.579,00	4.305,00
Prémios	8.856,80	2.216,13
Ajudas de custo	215,26	4.261,84
Indemnizações	-	2.000,00
Encargos com a segurança social	16.259,59	11.591,95
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	376,26	455,92
Gastos de ação social	-	79,00
Outros gastos com o pessoal	1.120,5	260,22
<b>TOTAL</b>	<b>96.022,55</b>	<b>73.991,01</b>

## 9. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

### 9.1 Autorização para emissão

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Direção no dia 12 de abril de 2024.

### 9.2 Atualização da divulgação acerca das condições à data do balanço

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos às quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

## 10. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

- **Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro:**

A Associação não está em mora no pagamento de contribuições e impostos ao Estado em 31 de dezembro de 2023, nem à presente data.

- **Art.º 210.º do Código Contributivo:**

A Associação não tem dívidas vencidas e em mora à Segurança Social em 31 de dezembro de 2023, nem à presente data.

## 11. OUTRAS DIVULGAÇÕES

### 11.1 Operações contratadas com partes relacionadas

Face à definição de parte relacionada constante da NCRF 5, a Direção da Associação entende que são consideradas partes relacionadas da AEMinho as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planeamento, direção e controlo, direta ou indiretamente, das suas atividades, ou seja, os membros dos órgãos sociais com poder de influência sobre a gestão e com cargos de chefia, designadamente os membros da direção, com funções executivas.

a) Quantias das operações e natureza da relação com a parte relacionada

Entidade	Natureza	2023
Ricardo Costa	-	-
Ramiro Brito	-	-
Gonçalo Pimenta de Castro	Créditos a receber	100,00
Ricardo Salgado	-	-
Isabel Carneiro	-	-

b) Outras informações – Operações contratadas com associados e com a direção

Não existem operações contratadas com associados nem com a direção da Associação.

11.2 Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

a) Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

Rubrica	31.12.2023	31.12.2022
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado	206,51	164,00
<b>TOTAL ATIVO</b>	<b>206,51</b>	<b>164,00</b>

Rubrica	31.12.2023	31.12.2022
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	1.042,00	875,00
Contribuições para a Segurança Social	1.499,47	1.875,85
Fundo de Compensação do Trabalho	-	36,52
<b>TOTAL PASSIVO</b>	<b>2.541,47</b>	<b>2.787,37</b>

i) Diferimentos

Gastos a reconhecer	31.12.2023	31.12.2022
Seguros	258,54	144,15
CEGID Software	1.239,89	1.602,79
Rendas e alugueres	33,20	-
<b>TOTAL ATIVO</b>	<b>1.531,63</b>	<b>1.746,94</b>

Rendimentos a reconhecer	31.12.2023	31.12.2022
Quotas	14.266,67	95.666,16
Subsídios – IEFP	-	5.363,49
Eventos a realizar em 2024	-	1.073,16
<b>TOTAL PASSIVO</b>	<b>14.266,67</b>	<b>102.102,81</b>

## ii) Fornecimentos e serviços externos

Rubrica	2023	2022
<b>Subcontratos</b>		
<b>Serviços especializados</b>		
Trabalhos especializados	16.291,13	12.691,45
Publicidade e propaganda	6.765,00	1.410,81
Honorários	7.495,00	17.453,85
Conservação e reparação	-	6,00
Serviços bancários	450,13	127,95
<b>Materiais</b>		
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	9,19	827,41
Material de escritório	437,88	514,17
Artigos de oferta	31.728,25	900,37
<b>Energia e fluídos</b>		
Combustíveis	2.992,44	864,01
<b>Deslocações, estadas e transportes</b>		
Deslocações e estadas	2.181,14	1.063,54
<b>Serviços diversos</b>		
Rendas e alugueres	15.201,28	4.036,42
Comunicação	1.891,73	1.564,85
Seguros	155,11	-
Despesas de representação	4.592,61	3.192,75
Limpeza, higiene e conforto	74,4	172,89
Outros		
Organização de Eventos	112.435,21	41.344,56
Outros	969,94	-
<b>TOTAL</b>	<b>203.670,44</b>	<b>86.171,03</b>

## iii) Outros rendimentos

Rubrica	2023	2022
Diferenças de câmbio favoráveis	69,95	-
Outros	212,23	50,22
<b>TOTAL</b>	<b>282,18</b>	<b>50,22</b>

iv) Outros gastos

Rubrica	2023	2022
Impostos	9,22	12,03
Outros:		
Donativos	1.495,00	75,00
Quotizações – CIP	3.240,00	3.240,00
Outros	1.789,51	57,46
<b>TOTAL</b>	<b>6.533,73</b>	<b>3.384,49</b>

### 11.3 Auditor Externo

Os honorários do auditor externo (revisor oficial de contas) em 2022 e 2023 ascenderam a 1.600 euros (IVA excluído), referentes exclusivamente a serviços de auditoria às contas.

Braga, 12 de abril de 2024

A Comissão Executiva

O Contabilista Certificado

\_\_\_\_\_  
Ricardo Costa

\_\_\_\_\_  
Ramiro Brito

\_\_\_\_\_  
Isabel Carneiro

\_\_\_\_\_  
Ricardo Salgado

\_\_\_\_\_  
Gonçalo Pimenta de Castro



## IX. PARECER DO CONSELHO FISCAL

Será entregue na Assembleia Geral

## X. RELATÓRIO DE AUDITORIA



### RELATÓRIO DE AUDITORIA

#### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

##### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da AEMINHO – ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DO MINHO (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023, (que evidencia um total de 221 599 euros e um total de fundos patrimoniais de 180 736 euros, incluindo um resultado líquido do período de 57 850 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da AEMINHO – ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DO MINHO em 31 de dezembro de 2023, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

##### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

##### Responsabilidade do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

##### [www.hlb.svtm.pt](http://www.hlb.svtm.pt)

Rua da Alegria, 785 - E14 | 4000-047 PORTO - Portugal

TLF: +351 22 903 93 71/2 TLM: +351 93 903 93 71 EMAIL: [geral@hlb.svtm.pt](mailto:geral@hlb.svtm.pt)

INSCRITA NA OROC SOB O N.º 155 E NA CMVM SOB O N.º 20161465 - CAPITAL SOCIAL €10.000,00 - NIPC 504 096 664  
Santos Vaz, Trigo de Moraes & Associados, SROC, Lda, pertence à rede de entidades membros da HLB International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.



AEMINHO  
Relatório de Auditoria  
31 de dezembro de 2023



- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade, responsabilidades estas entendidas no âmbito geral das competências de fiscalização, ainda que não expressamente previstas nos Estatutos.

#### Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas

**www.hlb.svtm.pt**

Rua da Alegria, 785 - E14 | 4000-047 PORTO - Portugal

TLF: +351 22 903 93 71/2 TLM: +351 93 903 93 71 EMAIL: geral@hlb.svtm.pt

INSCRITA NA OROC SOB O N.º 155 E NA CMVM SOB O N.º 20161465 - CAPITAL SOCIAL €10.000,00 - NIPC 504 096 664

Santos Vaz, Trigo de Moraes & Associados, SROC, Lda, pertence à rede de entidades membros da HLB International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

2/3



AEMINHO  
Relatório de Auditoria  
31 de dezembro de 2023

demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 17 de abril de 2024



SANTOS VAZ, TRIGO DE MORAIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.  
Representada por Rui Manuel Neves Martins  
(ROC n.º 1975 e registado na CMVM com o n.º 20200021)

[www.hlb.svtm.pt](http://www.hlb.svtm.pt)

Rua da Alegria, 785 - E14 | 4000-047 PORTO - Portugal

TLF: +351 22 903 93 71/2 TLM: +351 93 903 93 71 EMAIL: [geral@hlb.svtm.pt](mailto:geral@hlb.svtm.pt)

INSCRITA NA OROC SOB O N.º 155 E NA CMVM SOB O N.º 20161465 - CAPITAL SOCIAL €10.000,00 - NIPC 504 096 664

Santos Vaz, Trigo de Moraes & Associados, SROC, Lda, pertence à rede de entidades membros da HLB International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

3/3



Associação  
Empresarial  
do Minho